

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Desembargador do DF suspende decisão que censurou a Folha

Liminar que proibiu publicação sobre primeira-dama havia sido concedida na sexta-feira por juiz de Brasília

Desembargador aceita recurso e suspende censura contra a Folha

O desembargador Arnaldo Camanho de Assis, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, suspendeu nesta quarta (15) os efeitos de liminar que proibia a **Folha** de publicar informações sobre chantagem contra a primeira-dama, Marcela Temer.

No pedido inicial, a defesa dela disse que a reportagem sobre o tema violava o direito à intimidade.

Para desembargador, decisão de juiz viola liberdade que é pilar do Estado democrático de direito

O desembargador Arnaldo Camanho de Assis, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aceitou recurso da **Folha** e suspendeu nesta quarta-feira (15) os efeitos de uma liminar que proibia o jornal de publicar informações sobre chantagem praticada por um hacker contra a primeira-dama, Marcela Temer.

A liminar havia sido concedida na sexta (10) pelo juiz Hilmar Raposo Filho, da 21ª Vara Cível de Brasília, a pedido do subchefe para Assuntos Ju-

rídicos da Presidência da República, Gustavo do Vale Rocha, em nome da primeira-dama. Rocha alegou violação da intimidade de Marcela.

No site do jornal, o texto sobre o assunto, publicado na sexta, havia sido suprimido após a notificação, ocorrida na segunda (13).

Na sua decisão, o desembargador afirma que a liminar contra o jornal “está a padeecer de aparente inconstitucionalidade, já que violadora de liberdade que se constitui em verdadeiro pilar do Estado democrático de Direito”.

“Não há, pois, como consentir com a possibilidade de algum órgão estatal — o Poder Judiciário, por exemplo — estabelecer, aprioristicamente, o que deva e o que não deva ser publicado na imprensa”, afirma na decisão.

“Não há qualquer notícia, nas razões do recurso, de que a atividade jornalística da parte agravante [a **Folha**] seja pautada por uma linha editorial irresponsável ou abusiva, potencialmente violadora da intimidade de alguém, muito menos, no caso concreto, da autora-agravada ou de seu marido, o Excelentíssimo Presidente da República”, escreveu o desembargador.

O mérito da suspensão da censura ainda será julgado por um colegiado do TJ-DF.

Com a decisão do desembargador, a reportagem voltou ao site da **Folha**.

O jornal teve acesso a informações tornadas públicas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O hacker Silvonei José de Jesus Souza foi condenado em outubro a 5 anos e 10 meses de prisão por estelionato e extorsão e cumpre pena em Tremembé (SP).

Souza clonou um celular de Marcela e usou um áudio de WhatsApp para chantageá-la. Segundo ele, o áudio poderia comprometer o nome do presidente Michel Temer — que, à época, era vice. Todo o conteúdo de um celular e contas de e-mail da primeira-dama foram furtados pelo hacker.

O advogado da Casa Civil dizia, no pedido de liminar, que a ação para impedir a publicação de informações sobre a primeira-dama “serve a evitar prejuízo irreparável à autora, caso tenha sua intimidade exposta indevidamente pelos veículos de comunicação, que mais uma vez estão a confundir informação com violação da privacidade de uma pessoa pública”.

O recurso da **Folha** afirmou que a decisão do juiz Raposo Filho “constitui inaceitável censura”. O jornal “se limitou a reproduzir fatos verídicos e de evidente interesse público, no regular exercício da atividade de imprensa”, segundo a advogada da **Folha**, Tais Gasparian.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“A decisão que proíbe sua divulgação importa em censura e contraria os princípios de liberdade de imprensa e informação, assegurados pela Constituição Federal”, diz trecho do recurso.

COMPROMISSO

Não cabe recurso da decisão do desembargador. A liminar concedida por ele será julgada por um colegiado de três desembargadores. Dessa decisão é que será possível recorrer.

O presidente Michel Temer afirmou na terça, por meio de nota oficial, que tem compromisso permanente e inarredável com a defesa e a promoção da liberdade de imprensa.

“Sua atuação e seus votos ao longo da Assembleia Constituinte de 1988 revelam e confirmam tal compromisso. O presidente sempre esteve em linha, portanto, com os movimentos das entidades representativas da imprensa brasileira”, afirmou nota do Planalto.

A decisão desta quarta não se aplica ao jornal “O Globo”, que publicou reportagem com conteúdo semelhante à da **Folha**.

TRECHOS DA DECISÃO

“Não há, pois, como consentir com a possibilidade de algum órgão estatal — o Poder Judiciário, por exemplo — estabelecer, aprioristicamente, o que deva e o que não deva ser publicado na imprensa”

“Não há qualquer notícia, nas razões do recurso, de que a atividade jornalística da parte agravante [a Folha] seja pautada por uma linha editorial irresponsável ou abusiva, potencialmente violadora da intimidade de alguém, muito menos, no caso concreto, da autora-agravada ou de seu marido, o Excelentíssimo Presidente da República”

Arnoldo Camanho de Assis
Desembargador do TJ-DF, em decisão que suspendeu censura

16 FEV 2017

ENTENDA O CASO

3. jan. 2016

Marcela Temer nota estar sem acesso a seus arquivos eletrônicos. Hacker furtou seus arquivos de suas contas de e-mail e aplicativos, incluindo o Whatsapp. À época, Michel Temer era vice-presidente

4. abr. 2016

Criminoso envia mensagem para irmão de Marcela, Karlo Augusto, se passando por ela e pedindo R\$ 15 mil para pagar conta em loja de tintas. Irmão estranha, mas faz o depósito

16. abr. 2016

Homem pede R\$ 300 mil a Marcela para não divulgar material furtado e faz ameaças

11. mai. 2016

Força-tarefa da Polícia Civil de São Paulo, com cinco delegados, 25 investigadores e três peritos, prende Silvonei Souza. Inquérito é concluído no dia 13

24. out. 2016

Souza é condenado a 5 anos e 10 meses de prisão por estelionato (por enganar Karlo) e extorsão (por pedir dinheiro e ameaçar Marcela). Ele cumpre pena em Tremembé (SP)

10. fev. 2017

Folha publica reportagem em seu site revelando a chantagem do hacker para não divulgar um áudio que, segundo ele, jogaria o nome de Michel Temer “na lama”

13. fev. 2017

Jornal é notificado de decisão da Justiça do DF que, a pedido do Planalto, proibiu divulgar conteúdos encontrados no celular de Marcela. Reportagem é suprimida do site e Folha recorre

15. fev. 2017

Desembargador do Tribunal de Justiça do DF suspende a liminar e a reportagem volta ao ar

CONTINUA

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Censura afetava divulgação de conteúdo de celular

A censura imposta à **Folha** e ao jornal "O Globo" por decisão da Justiça do Distrito Federal proibia os veículos de divulgar quaisquer informações que estavam em um celular da primeira-dama, Marcela Temer, clonado por um hacker em abril de 2016.

Silvonei de Jesus Souza, condenado por extorsão e estelionato, pediu R\$ 300 mil para não divulgar um áudio de WhatsApp entre Marcela e o irmão dela, Karlo Augusto. O áudio, segundo Souza, tinha potencial de jogar "na lama" o nome de Michel Temer, à época vice-presidente.

"Pois bem como achei que esse vídeo [na verdade, áudio] joga o nome de vosso marido [Temer] na lama. Quando você disse q ele tem um marqueteiro q faz a parte baixo nível... pensei em ganhar algum com isso!!!!", escreveu o criminoso para Marcela.

"Tenho uma lista de repórteres que oferecem [R\$] 100 mil cada pelo material", continuou a ameaça.

O "marqueteiro" a que Souza se referia, segundo a **Folha** apurou, era o assessor Arlon Viana, lotado no gabinete regional da Presidência da República em São Paulo.

O áudio foi ouvido por poucas pessoas ligadas à investigação e não consta do processo que condenou Souza. A Secretaria da Segurança Pública e o Tribunal de Justiça foram procurados, mas não informaram o paradeiro do áudio usado na chantagem.

A Polícia Civil de São Paulo, que investigou o caso, a primeira-dama disse que a gravação tratava de "coisas corriqueiras da cidade [Paulínia]", onde vive o irmão dela, que queria ser vereador.

Na sexta (10), o Planalto afirmou que o hacker tirou o áudio de contexto e que Marcela não comentaria seu teor.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Fraude em bolsas da UFPR põe na prisão de taxista a pedreiro

Polícia prendeu 28 em operação que investiga pagamentos de R\$ 7,4 milhões a pessoas sem vínculo com universidade

Duas servidoras da instituição federal são suspeitas por repasses; PF apura se favorecidos por verba eram laranjas

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

SIDNEY GONÇALVES DO CARMO
DE SÃO PAULO

Ao menos 28 pessoas foram presas pela Polícia Federal nesta quarta (15) durante uma operação que investiga fraudes milionárias no repasse de bolsas de estudo a pessoas sem vínculos com a UFPR (Universidade Federal do Paraná) entre 2013 e 2016.

Segundo a investigação, os suspeitos desviaram cerca de R\$ 7,4 milhões em bolsas de pesquisas para 27 pessoas “sem qualquer vínculo acadêmico com a universidade”, entre 2013 e 2016.

Entre eles havia ajudantes de cozinha, taxistas, aposentados, donos de salões de beleza, um pedreiro, uma vendedora de roupinhas de boneca Barbie e beneficiários do Bolsa Família. A PF investiga se eles agiram como laranjas.

Também foram detidas duas servidoras da UFPR: Conceição Abadia de Abreu Mendonça e Tânia Marcia Catapan, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Mendonça era chefe do controle e execução orçamentária, e Catapan, secretária administrativa do gabinete. Fo-

ram citadas como responsáveis pelas ordens de pagamento das bolsas fraudulentas.

O delegado Felipe Hayashi, que coordenou a operação, disse estar “estarecido com essa fraude grosseira”.

“Quantos pesquisadores sérios deixaram de receber recursos, enquanto esse dinheiro todo estava sendo desviado?”, afirmou João Manoel da Silva Dionísio, secretário de controle externo do TCU (Tribunal de Contas da União).

A fraude, segundo a PF, foi detectada pelo TCU e comunicada à UFPR. A operação foi realizada em parceria também com a CGU (Controladoria-Geral da União). Alguns dos investigados chegavam a receber até R\$ 24 mil por mês em bolsas de pesquisa.

“Nem os professores mais titulados da instituição receberam tanto em bolsa. É estarecedor”, disse Hayashi.

O ex-reitor da UFPR Zaki Akel também foi intimado a depor, na tarde desta quarta (15). A PF ainda investiga se havia conivência da reitoria.

ESQUEMA

As bolsas dos 27 investigados foram pagas a título de auxílio à pesquisa, para estudos no país e no exterior, num total de R\$ 7,34 milhões.

Boa parte dos beneficiários, porém, não tinha nem ensino superior, e nenhum possuía currículo na plataforma

Lattes —obrigatório para concessão de bolsas acadêmicas.

O processo de autorização de pagamento era “simplório”, segundo a PF, sem qualquer referência ao objeto de estudo ou grupos de pesquisa e professores da UFPR.

Instadas a apresentar a justificativa dos pagamentos, Mendonça e Catapan informaram, em ofício à UFPR, que os documentos foram “descartados devido a alegamentos” na pró-reitoria.

O juiz federal Marcos Josegri da Silva suspendeu o exercício da função pública das duas servidoras e determinou o bloqueio das contas.

Em nota, a UFPR informou que, assim que tomou conhecimento da suspeita, em dezembro de 2016, determinou a abertura de sindicância. Disse ainda que solicitará a restituição dos valores.

O reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, determinou a criação de um comitê para aperfeiçoar os mecanismos.

A Folha não conseguiu contato com os advogados das servidoras, que ainda não haviam constituído defesa nos autos até a noite desta quarta-feira (15).

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer decide nomear ex-ministro do STF Velloso para a Justiça

De perfil técnico, ele foi indicado pelo PSDB, e sua confirmação deve ser anunciada na semana que vem

Temer decide nomear Carlos Velloso, ex-STF, para a Justiça

Para a Secretaria Nacional de Segurança, o favorito é o ex-titular da área no Rio de Janeiro, José Beltrame

GUSTAVO URIBE
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer escolheu o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Velloso para assumir o comando do Ministério da Justiça.

O magistrado foi indicado pelo PSDB, principal aliado da gestão peemedebista, e contempla o perfil "inquestionável" buscado pelo peemedebista —ou seja, de um nome que não passe a mensagem pública da possibilidade de interferência na Operação Lava Jato.

Além disso, dizem assessores do Palácio do Planalto, Velloso ajudaria a amarrar de vez os tucanos ao governo federal diante da ameaça de que a sigla abandone neste ano a Esplanada dos Ministérios visando à eleição presidencial de 2018.

Em conversas reservadas, o presidente tem afirmado que definiu o nome, mas que pode haver mudança caso seja revelada alguma polêmica envolvendo o ex-ministro da Suprema Corte.

A hipótese, contudo, é considerada pouco provável pelo governo federal, que já realizou um pente-fino sobre o histórico do magistrado e não encontrou nenhum fato que possa inviabilizá-lo.

A avaliação é que a carreira jurídica sólida e a interlocução tanto com a esquerda como com a direita ajudam Velloso a obter a aprovação da opinião pública para assumir a função.

Segundo a **Folha** apurou, o presidente pretende ainda conversar até a semana que vem com o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro José Beltrame, do PMDB, sobre a possibilidade dele assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Para que ele assuma, a estrutura será turbinada, com a anexação da secretaria de grandes eventos e dos centros integrados de comando e controle, espécies de núcleos de inteligência estaduais.

O Palácio do Planalto não definiu ainda, contudo, se ela continuará sob o controle do Ministério da Justiça ou passará para a Casa Civil ou Presidência da República.

O advogado criminalista Antonio Mariz chegou a ser

avaliado para a secretaria nacional, mas o governo considera agora improvável que ele assuma.

Tanto Velloso como Beltrame só devem assumir, contudo, após a aprovação do nome de Alexandre de Moraes para o STF pelo plenário do Senado Federal, cuja expectativa do governo é que ocorra na semana que vem.

AGENDA POSITIVA

Com o desgaste de imagem causado pela nomeação de Moreira Franco, o presidente iniciou uma bateria de agendas positivas na tentativa de reverter a avaliação negativa no mercado financeiro e na opinião pública à concessão de foro privilegiado ao aliado citado na Lava Jato.

Em discurso nesta quarta-feira (15), o presidente defendeu que haja maior publicidade de fatos positivos sobre o governo.

"A inflação de janeiro foi a melhor registrada nos últimos vinte anos. Isso tem de ser levado em conta. Nós temos de considerar esses fatos para que outros fatos eventualmente criticáveis não possam superar aqueles que são positivos", disse o presidente.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Igual, mas diferente O Planalto torce o nariz para a vinculação da indicação de Carlos Velloso para o Ministério da Justiça ao tucano Aécio Neves. Avalia que isso atrapalha o discurso do presidente Michel Temer de que a nomeação será suprapartidária.

Didatismo Apesar da oposição contra Alexandre de Moraes para o STF, petistas admitem que a escolha de Temer é mais acertada do que as de Lula e Dilma Rousseff, que puseram nomes desconhecidos e "indomáveis".

66 tiroteio

O nepotismo também é proibido no caso de cargos de indicação política. Não pode haver privilégios no Estado democrático de Direito.

DE CLAUDIO LAMACHIA, presidente da OAB, sobre pedido da entidade para que o Supremo estenda a súmula antinepotismo aos cargos de primeiro escalão.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministra de Direitos Humanos diz ter título da ONU que não existe

Homenagem a Luislinda Valois foi dada por ONG
fundada por líder religioso coreano

JOSÉ MARQUES
DE SÃO PAULO

Ao divulgar a nomeação da desembargadora aposentada Luislinda Valois para o recém-criado Ministério dos Direitos Humanos, o planalto destacou que a biografia dela incluía o “título de embaixadora da paz da ONU em 2012”. No entanto, segundo as próprias Nações Unidas, o posto sequer existe.

A homenagem à ministra foi dada por uma ONG fundada pelo líder religioso coreano Sun Myung Moon, o reverendo Moon (1920-2012), que se autoproclamava “messias” — a informação foi confirmada à **Folha** pelo ministério.

Chamada UPF (sigla em inglês para Federação para a Paz Universal), a entidade é uma das mais de 3.000 organizações não governamentais que prestam consultoria para a Ecosoc (braço econômico e social da ONU).

A ONU reconhece a parceria, mas diz que “nenhuma instituição ou empresa está formal ou legalmente autorizada a representar ou a falar em nome das Nações Unidas, ou de qualquer Departamento do Secretariado da ONU”.

São poucas as personalidades brasileiras que detêm títulos das Nações Unidas. O escritor Paulo Coelho é o único entre os 12 “mensageiros da paz” — grupo que inclui os atores Leonardo DiCaprio e o músico Stevie Wonder.

Há outros 11 brasileiros que são “embaixadores da boa vontade”, como Gilberto Gil, Gisele Bündchen e a jogadora de futebol Marta.

Já o título recebido por Luislinda também homenageou o ex-candidato a prefeito de São Paulo João Bico (PSDC) e a banda baiana de forró Flor Serena, além de líderes religiosos locais.

O reverendo Moon tinha um império financeiro ao redor do mundo. No Brasil, comprou o time de futebol Atlético Sorocaba e manteve uma escola no interior do Mato Grosso do Sul.

Não é a primeira vez que Luislinda é intitulada “embaixadora da ONU” por um órgão federal. Antes, quando era secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão ligado ao Ministério da Justiça, também havia sido apresentada desta forma em publicações da pasta.

‘NÃO SE REJEITA’

Em vídeo publicado na internet em 2013, Luislinda conta como foi informada sobre a homenagem: “Eu estava em Sergipe, arrumando algumas coisas com meu filho domingo à tarde, quando eu recebi a ligação perguntando se eu aceitava receber este prêmio. Eu [disse]: ‘Não, é brincadeira, não é pra mim’. E aí meu filho, que fala inglês, eu [falo] muito pouco, disse: ‘Minha mãe, é que a ONU quer prestar uma homenagem.’”

“Eu disse: ‘Bom, uma homenagem não se rejeita’. E aí eles me disseram que eu ia receber um título de embaixadora da paz diante de tantos projetos sociais que tenho desenvolvido Brasil afora e com repercussão no exterior.”

Procurada, a assessoria do Ministério informou que Luislinda foi à Austria em 2012 receber a homenagem da UPF, “uma ONG com status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas”.

“A UPF apoia o trabalho das Nações Unidas, particularmente nas áreas de construção de paz inter-religiosa, educação para a paz e o fortalecimento do casamento e da família”, informou.

O dado sobre o título ser da UPF, e não da ONU, não consta nos informativos divulgados pelo governo. A pasta não disse o motivo de as informações terem sido publicadas desta forma.

Questionado, o Planalto disse que “divulgou informações com base na biografia da própria ministra”. A UPF no Brasil foi procurada, mas não se manifestou.

CONTINUA

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PRIMEIRA JUÍZA NEGRA

Luislinda também era apresentada pelo Planalto como a primeira juíza negra do Brasil, embora o Tribunal de Justiça da Bahia listasse ela como a terceira do Estado.

A atual ministra começou a magistrar em 1984 e a juíza aposentada Mary de Aguiar Silva, 91, que reivindica o título de primeira, em 1962.

Ainda foi divulgado que a ministra é a primeira desembargadora negra do país — mas uma magistrada do TJ-MS que se considerava negra foi nomeada ao cargo cinco anos antes, em 2006.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Barroso quer restringir alcance do foro privilegiado

STF só deveria atuar em acusações por crime cometido durante mandato, diz ele

Ministro levou o tema à apreciação dos colegas nesta quarta; caberá à presidente decidir quando será julgado

LEANDRO COLON
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro Luís Roberto Barroso enviou nesta quarta (15) ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) um processo para discutir a redução do alcance da prerrogativa de foro de deputados, senadores e ministros.

Para Barroso, os demais ministros devem se manifestar sobre a possibilidade de restringir o foro a casos relacionados a acusações por crimes cometidos durante e em razão do exercício do cargo.

“Se o fato imputado, por exemplo, foi praticado anteriormente à investidura no mandato de parlamentar federal, não se justificaria a atribuição de competência ao STF”, diz trecho do despacho assinado por Barroso.

Diante deste cenário, inquéritos e ações penais abertas em primeira instância não seriam remetidos ao Supremo quando o personagem for eleito para o Congresso ou virar ministro, ao contrário do que ocorre hoje.

Acusações sobre atos ocorridos antes de essa pessoa assumir o cargo, mesmo que re-

veladas durante o mandato, seriam julgadas em instâncias inferiores.

O documento de Barroso não faz relação com a recente nomeação de Moreira Franco a ministro do governo de Michel Temer.

No entanto, indiretamente, se a tese for levada adiante pelo Supremo, pode ter efeito na hipótese de abertura de investigações sobre fatos referentes a um período em que ele não tinha foro no Supremo.

A nomeação de Moreira, citado em delações da Lava Jato, foi contestada por partidos de oposição, mas uma liminar do ministro Celso de Mello na terça (14) confirmou a decisão de Temer de nomeá-lo ministro.

Na interpretação de Barroso, seria mantido o entendimento do STF de que um caso deve ser transferido a instâncias inferiores se o seu alvo perder o cargo que lhe dá o foro —é o caso das ações contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Lava Jato.

Ou seja, os processos só “desceriam” de instância, jamais “subiriam” para o Supremo Tribunal Federal.

COMPRA DE VOTOS

Para levar o tema aos colegas, o ministro utilizou uma ação penal sobre compra de votos contra o ex-deputado Marquinho Mendes (PMDB-RJ) nas eleições municipais de 2008.

O caso foi transferido ao Supremo em abril de 2015, após ele assumir, como suplente, mandato de deputado na Câmara. Mendes deixou o cargo em abril de 2016 e retornou em setembro, em substituição a Eduardo Cunha, que foi cassado.

Em outubro, Mendes foi eleito prefeito de Cabo Frio e, em tese, os autos voltariam a instâncias inferiores. Como o processo está pronto para ser julgado no Supremo, o ministro decidiu levá-lo da 1ª Turma ao plenário para provocar decisão que aborde o contexto das regras de foro.

Para Barroso, esse processo não deveria ter tramitado no STF porque o crime ocorreu quando Mendes não era deputado.

Esse vaivém entre instâncias, ressalta, contribui também para a prescrição de penas e mostra a “disfuncionalidade prática do regime de foro privilegiado”.

“O sistema é feito para não funcionar”, diz.

O ministro destaca que uma mudança profunda na regra dependeria de uma emenda constitucional no Congresso, mas diz que o Supremo pode fazer uma “interpretação restritiva do seu sentido e alcance”.

CONTINUA

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

JULGAMENTO

Caberá agora à ministra Carmén Lúcia, presidente do STF, definir quando o processo enviado por Barroso será julgado pelo plenário.

O ministro cita no despacho um quadro de 357 inquéritos e 103 ações penais que tramitam hoje no STF.

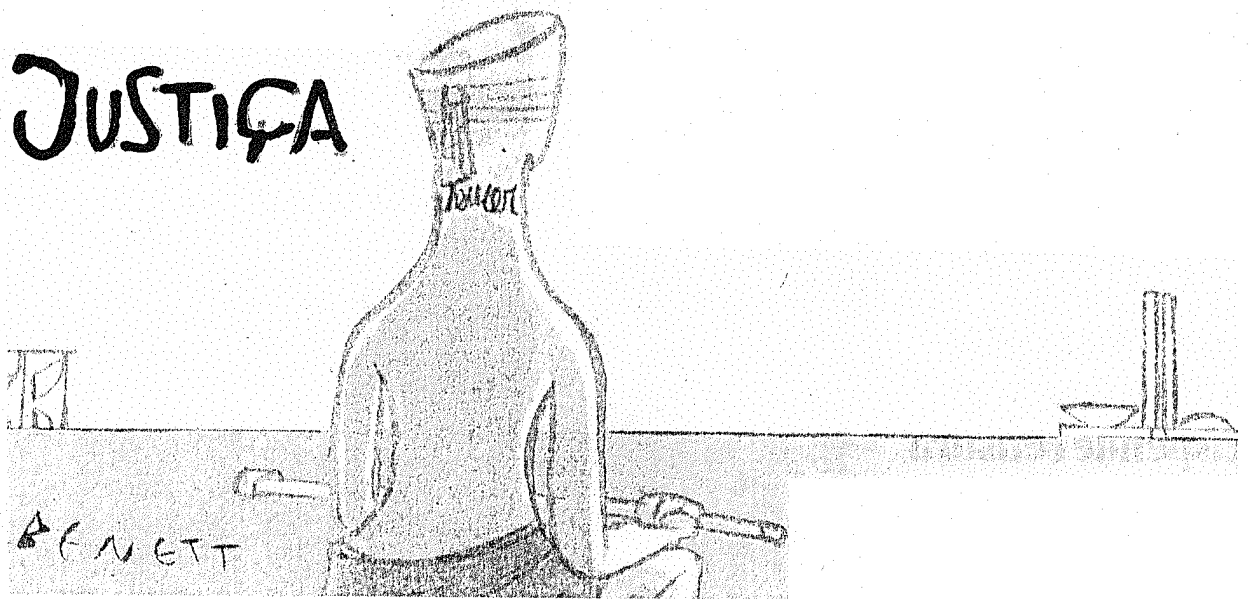
Levantamento divulgado pela **Folha** em novembro em cima de 84 processos mostrou que estavam, em média, há sete anos e oito meses sem desfecho.

Para estabelecer o tempo de duração dos casos dos réus no Supremo, a reportagem também considerou a data do início das investigações sobre o político, inclusive antes de chegar à corte.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA



16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Supremo nega pedido de liberdade de Cunha

Por 8 votos a 1, ministros rejeitam reclamação de ex-deputado, na cadeia desde outubro

DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal negou nesta quarta (15) um pedido de liberdade feito pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso na Operação Lava Jato.

Em seu voto, o relator Edson Fachin afirmou que a maneira como a ação foi apresentada, uma “reclamação”, não era adequada para julgar pedido de liberdade.

Sete dos oito demais ministros presentes concordaram com Fachin. Eles também destacaram que há um pedido de habeas corpus de Cunha, cujo mérito ainda deve ser analisado pelo Superior Tribunal de Justiça. Depois, o habeas corpus pode ser analisado pelo próprio STF.

Com o relator, votaram Celso de Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e a presidente Cármen Lúcia. Marco Aurélio votou por conceder liberdade a Cunha.

Tanto Marco Aurélio como Celso de Mello fizeram considerações sobre o tempo de prisão preventiva. Recentemente Mendes disse que o STF precisa discutir as “alongadas prisões” de Curitiba.

O advogado de Cunha, Ticiano Figueiredo, sustentou que seu cliente foi preso em 19 de outubro de 2016 sob determinação do juiz Sergio Moro sem haver fatos novos em relação àqueles que foram negados pelo ministro Teori Zavascki, antigo relator da Lava Jato no Supremo.

Cunha é acusado de receber propina em contas na Suíça. O dinheiro teria sido pago na negociação de compra de campo de petróleo pela Petrobras em Benin, na África. Ao determinar a prisão, Moro afirmou que a liberdade de Cunha representava risco à instrução do processo, à ordem pública e possibilidade concreta de fuga em virtude da disponibilidade de dinheiro no exterior, além de dupla nacionalidade (ele também tem passaporte italiano).

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Agressão moral

JANIO DE FREITAS

Um plagiário para substituir
Teori Zavascki é um insulto
à memória do ministro
que elevou o Supremo

OS CÉTICOS não de todo desinformados jamais esperaríamos de Michel Temer —fraco, titubeante, posudo como os necessitados de aparências enganosas— que surpreendesse, com uma Presidência razoável na eficácia e na dignidade. Agora, é forçoso reconhecer que Michel Temer surpreende. Pelo excesso do que dele se podia esperar.

*Indicar Alexandre de Moraes para o Supremo Tribunal Federal esteve dentro do esperável. Manter a indicação depois do que dele revelaram, na **Folha**, os repórteres Fabio Victor e Thais Bilenky, com o complemento de Diego Bercito na Espanha, chega ao nível de agressão moral ao STF, se não ao Judiciário.*

Nomear para o Supremo o plagiário de um texto judicial espanhol já é, por si só, desmoralizante. Mas só o começo. Com que nível de respeito serão recebidas decisões do mais alto tribunal se incluem voto de quem se fez e faz passar como seus, em livro, textos alheios?

Na história do Supremo (não a escrita por seu atual decano, Celso de Mello) não faltam integrantes que só o honraram porque protegidos pelo temeroso silêncio de políticos e jornalistas. E ainda pelo corporativismo, sustentado também por verdadeiros honrosos. Na atualidade, princípios do tribunal são desrespeitados a partir de dentro. Não deixam de comprometê-lo e, para grande parte da opinião pública ativa, de desacreditá-lo como instituição.

Apesar disso, e na melhor hipótese, intoxicá-lo mais, com uma dose forte de impostura intelectual e jurídica, é submetê-lo ao risco de um conceito futuro semelhante ao do governo de Michel Temer, Moreira Franco, o próprio Alexandre de Moraes e tantos outros.

Além do mais, um plagiário para substituir Teori Zavascki é um insulto à memória do ministro que elevou o Supremo.

OS PODEROSOS

Engenheiros, advogados e economistas de empreiteiras são profissionais liberais, não funcionários públicos; empreiteiras são empresas privadas, não componentes do aparelho de Estado.

Ainda assim, procuradores e juiz da Lava Jato têm imposto a vários delatores premiados a proibição de voltar, quando liberados, a seus cargos nas empreiteiras ou ocupar determinados outros. Há até rebaixamentos compulsórios. Empresas privadas podem empregar quem queiram e profissionais liberais aceitam o que quiserem.

Ou há mais um novo poder que os integrantes da Lava Jato se concederam, ou é mais um forma de abuso de poder.

16 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Totens vão ajudar presos a acompanhar processos

Em projeto-piloto, defensoria quer instalar terminais de autoatendimento em presídios

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

A Defensoria Pública da União finaliza um projeto para a implementação de totens nas penitenciárias para que os presos possam acompanhar o andamento de seus processos e saber, por exemplo, quando têm direito à progressão de regime.

A ideia é instalar o primeiro equipamento ainda neste semestre no presídio federal de Porto Velho. Se o projeto der certo, pode ser uma das saídas para tentar reduzir a superlotação nos presídios.

“É como se fosse um terminal de autoatendimento. O preso quer ter o controle de seu processo, de seus prazos de execução penal. E como isso não pode estar disponível o tempo todo para eles, a saída encontrada foi informatizar e colocar totens dentro

das penitenciárias”, diz Carlos Eduardo Paz, defensor público-geral federal.

“E eu, como defensor, preciso saber se alguma demanda surge do cárcere, como a necessidade de atendimento médico. Essa demanda sai do totem e vai direto para caixa de mensagens do defensor da execução criminal”, afirma.

Segundo ele, a falta de informação “é um fator de insuflamento da massa carcerária”, e permitir ao preso acompanhar seu processo pode, portanto, evitar rebeliões.

“Nem todo preso sabe ler e nem conhece os termos jurídicos. Então, fizemos uma alteração para ser mais intuitivo e com linguajar menos jurídico para que o preso possa dizer o que ele quer”, diz.

O projeto piloto foi apresentado em novembro ao Depen (Departamento Penitenciário), do Ministério da Justiça.

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

● TARIFA DE ÔNIBUS

Greca recorre a TJ para manter aumento

Tribunal de Contas
deve derrubar hoje
recurso do prefeito de
Curitiba para manter
o ônibus a R\$ 4,25

Rogério Waldrigues Galindo

● O prefeito de Curitiba, Rafael Greca (PMN), passou a tarde de ontem em visita aos conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná (TC). Saiu com uma convicção: os recursos que ele levou ao tribunal para manter o ônibus a R\$ 4,25 serão negados. O placar será 4 a 3.

Com isso, Greca passa a apostar todas as fichas em um outro recurso, levado à Justiça: um mandado de segurança impetrado na primeira instância, mas que imediatamente subiu ao Tribunal de Justiça (TJ) — o juiz que recebeu a ação declarou que o primeiro grau não era competente para julgar o assunto.

Agora, a ação está na quinta Câmara Cível do TJ. Mais especificamente, com o desembargador Leonel Cunha. Como o caso é considerado urgente, a prefeitura acredita que hoje mesmo ele dê ou negue uma liminar ao prefeito. Se der, a prefeitura pode manter os R\$ 4,25. Se negar, não terá mais como evitar baixar o preço para R\$ 3,70.

O mandado de segurança impetrado no TJ tem efeito suspensivo. Ou seja: desde que o prefeito entregou com o recurso, a Urbs está amparada

para não cumprir a ordem inicial de suspensão do reajuste, dada pelo conselheiro Ivan Bonilha, do TC. Mas, assim que for julgada a liminar, isso acaba. Segundo uma fonte da prefeitura, em caso de derrota, a tarifa de R\$ 3,70 voltaria a valer em cerca de 48 horas.

Visitas

No TC, Greca falou com quatro conselheiros (hoje visitará mais dois). Tentou convencê-los de que o aumento era necessário e lícito. Se não fizesse isso, não teria como pagar as empresas e a greve seria certa. Avisou do recurso ao TJ e disse que, por isso, não se podia dizer que ele estava descumprindo a decisão do TC. Mesmo assim, conselheiros disseram que ele errou em descumprir a cautelar.

O prefeito sugeriu que poderia se fazer um Termo de Ajuste de Gestão para resolver as coisas no médio prazo. Mas fez questão de insistir que o reajuste agora é o único modo de lidar com o sistema.

CONTINUA

"Vamos fazer de tudo para manter a tarifa em R\$ 4,25"



Antonieie Luciano, especial para a Gazeta do Povo

ENTREVISTA

José Antônio Andreguetto,
diretor-presidente da Urbs

Acatar a ordem do Tribunal de Contas (TC) para voltar a cobrar a tarifa antiga do ônibus, de R\$ 3,70, não está nos planos da prefeitura de Curitiba. É o que sinaliza José Antônio Andreguetto, presidente da Urbs, empresa que opera o sistema de transporte público da cidade. O gestor afirma que a Urbs já fez um pedido de reconsideração da medida cautelar ao TC — o pleno do tribunal se reúne hoje para avaliar a medida — e vai fazer de tudo para manter a tarifa de R\$ 4,25.

Segundo ele, o aumento é fundamental para manter o "sistema em pé".

Por que a prefeitura não cumpriu a ordem do TC de baixar a tarifa?

Quando recebemos a notificação do TC, entramos com pedido de reconsideração porque temos convicção do que fizemos, no sentido de salvar o sistema do transporte de Curitiba. Não são as empresas ou a Urbs, é o sistema. Por isso, fizemos o reajuste da tarifa, que é uma medida dolorida, que pesa no bolso do usuário, mas necessária para manter o fundo com recursos, o sistema em pé. Só nestes vinte e poucos dias que estou aqui passei por duas greves porque o fundo está falido, não tem dinheiro, ele recebe de passagens de ônibus. O primeiro motivo do reajuste foi para trazer o equilíbrio econômico-financeiro do fundo, depois para reajustar itens que sofreram aumento de preços, como óleo diesel, combustível. Segundo, temos um acordo coletivo que vai fechar agora no final de fevereiro, se for amigável, estabelecendo aumento para motoristas e cobradores e outros funcionários do sistema. Esse aumento tem que ser repassado para empresas pagarem esse aumento. Vem da tarifa, por isso aumentamos a tarifa. Nós precisamos repor 270 novos ônibus que estão com prazo de vida útil vencido. Estão colocando em risco o transporte das pessoas, trazendo atraso, porque vivem boa parte do tempo na oficina ou aguardando o guincho carregá-los no trajeto. Não podemos manter isso. É levar o transporte à falência. É uma sentença de morte.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 FEV 2017

Manter o reajuste vai pôr fim definitivamente às greves por falta de pagamento?

Com certeza. Em relação ao repasse por falta de dinheiro, sem dúvida. Poderá ter greve por outro motivo. Mas por falta de pagamento, como vinha acontecendo desde o ano passado, não. Fizemos uma projeção. O dissídio é decidido no final de fevereiro, início de março. Mas começa a contar o pagamento dos funcionários a partir de 1.º de fevereiro. Seja o valor que for decidido lá na frente, vou ter que retroagir. Se não aplicasse antes, não teria dinheiro para pagar essa diferença.

Segundo o TC, o reajuste para viabilizar a compra de mais ônibus é incoerente, pois o consumidor estaria pagando duas vezes por algo que já consta no contrato com as empresas. Como a Urbs vê isso?

De fato, está na planilha, ônibus que estão com prazo de vida útil em dia. Os que já tiveram prazo vencido não estão sendo remunerados. Na planilha tem um item que fala que o investimento é não realizado, foi descontado isso. Quando se aplicou a tarifa de R\$ 3,66, foi descontado os veículos de vida útil vencida. O TC tem razão, mas não houve entendimento de que estão sendo remunerados na planilha veículos com vida útil em dia e não os outros. Agora, com recursos da tarifa e entendimento em relação às empresas, poderemos fazer o repasse assim que apresentarem nota fiscal.

O TC também afirma que faltou transparência no reajuste da tarifa. Houve isso?

Realmente, poderíamos ter deixado isso mais aberto, poderíamos ter esclarecido melhor. Por isso, pedimos essa reconsideração para buscar esclarecimentos de uma forma mais precisa, mas transparente. Ninguém é perfeito, e talvez a gente falhou em dar essa transparência, mas nunca quisemos esconder nada.

Por que a publicação do detalhamento dos custos da tarifa demorou tanto tempo para ser feita? Levou dez dias após o reajuste. Nunca na história a Urbs detalhou isso numa linguagem que o cidadão comum pudesse entender. É feita para técnicos entenderem. E, por determinação do prefeito, pedimos que tivesse uma planilha onde o cidadão soubesse para onde vai cada centavo da tarifa. As pessoas precisam entender porque vão pagar 0,55 centavos a mais.

Mas por que o detalhamento não saiu junto com o reajuste?

Confesso que não tínhamos nem a avaliação da necessidade de se chegar nisso. Estou aqui há 23 dias, não dá para se atribuir a nós o que não foi feito em quatro anos. Chegamos agora. Embora a prefeitura tenha começado no dia 1.º [de janeiro], só assumimos [a Urbs] dia 16. Nos deparamos com um fundo falido, não tínhamos dinheiro para pagar os funcionários, recorreremos à prefeitura. Não vou ter agora em fevereiro de novo. Sabe o que é isso? Para se ter uma ideia de a que ponto deixaram a situação da Urbs, do sistema do transporte.

“O reajuste da tarifa que é uma medida dolorida, que pesa no bolso do usuário, mas necessária para manter o sistema em pé.”

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Tarifa do ônibus: o povo é apenas um detalhe

O Tribunal de Contas previu para hoje sessão do Pleno para decidir se aprova ou revoga a medida cautelar monocrática que determinou à prefeitura de Curitiba suspender o aumento da passagem de ônibus para R\$ 4,25 e devolvê-la ao patamar de R\$ 3,70 vigente até o dia 6 passado. O prefeito Rafael Greca, que se recusou a até agora a obedecer a decisão, visitou gabinetes de conselheiros ontem visando a convencê-los da necessidade de anular a redução da passagem. Por via das dúvidas, preferiu já recorrer ao Tribunal de Justiça.

Nesta quebra de braço entre o Tribunal de Contas e a prefeitura de Curitiba pode haver mais questões entre o céu e a terra do que sonha a vã filosofia. Teorias da conspiração também prosperam nos bastidores em busca de explicações para os atos (ou omissões) de ambos os lados.

Uma das questões diz respeito à legalidade da decisão do Tribunal de Contas. A Constituição Federal e a Estadual — a segunda é réplica da primeira — não inclui entre as prerrogativas do órgão a interferência em atos administrativos do Executivo. Sua missão é tomar contas; fiscalizar a licitude de gastos com dinheiro público e, quando for o caso, punir gestores transgressores.

Entretanto, há uns 15 anos, uma simples mudança no regimento interno do Tribunal de Contas da União, de discutível validade, introduziu o costume que se espalhou também entre os Estaduais de se imiscuírem em assuntos que não são de sua competência. Como seria o caso da intromissão na questão da tarifa do ônibus.

Mas se o Tribunal de Contas do Estado errou ao extrapolar suas competências, somou-se o erro da prefeitura em dar-lhe de ombros e de não baixar imediatamente a passagem. Apenas ingressou no TC com um pedido administrativo de reconsideração, sob a alegação de que baixar a

tarifa será como “decretar a morte” do sistema de transporte. O pedido será analisado também na sessão plenária de hoje.

Pizza e conspiração

Um erro não justifica o outro, mas é certo que quem errou primeiro foi a prefeitura, que subiu a tarifa sem antes demonstrar técnica e publicamente a justeza do novo valor. Só depois da contestação do TC sobre este procedimento é que, apressadamente, o prefeito postou nas suas páginas da rede social um gráfico em forma de pizza com dados que supostamente correspondem ao custo real do transporte. Fica fácil fazer contas de chegar para combinar com as fatias do gráfico, que nada prova. Seria mandrake? Obra de um pizzaiolo?

O presidente da Urbs — a empresa municipal que administra o sistema —, José Antônio Andreguetto, reconhece o erro: “Ninguém é perfeito, e talvez a gente falhou em dar essa transparência, mas nunca quisemos esconder nada”. Erro que reputa ao fato de estar há pouco tempo no cargo (tomou posse em 16 de janeiro e o aumento foi anunciado em 3 de fevereiro).

Afirma que o reajuste foi dado, entre outras causas, para cobrir os custos reais de manuten-

ção do sistema e pela necessidade de renovar a frota — embora, até agora, não saiba em quanto as concessionárias serão remuneradas pela tarifa técnica e se esta, quando definida, realmente será suficiente para que comprem os 290 ônibus novos até o fim do ano. Ou sabe?

Se o Tribunal de Contas errou ao extrapolar suas competências, somou-se o erro da prefeitura em dar-lhe de ombro

Andreguetto confessa que os valores constantes do gráfico são “projeções”, pois ainda não se tem noção de quanto será o reajuste salarial de motoristas e cobradores, quesito ponderável (50% do custo total) que só será decidido no dia 26 próximo. Portanto, os R\$ 4,25 são ainda um “chute” que pode ou não acertar o gol. Se os salários ficarem acima da “projeção”, haverá novo aumento da tarifa? Ou vai baixar?

Enquanto correm tantas incertezas, teorias da conspiração ganham força. Uma delas é de que, em meio à muvuca, delação premiada de um certo advogado assombra a vida de alguns dos personagens centrais da história — de cujo enredo o povo é apenas um detalhe: não participa nem é informado. Só paga.

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Fraude “grosseira” desvia R\$ 7,3 milhões de pesquisas da UFPR

Um esquema que funcionava dentro da Universidade Federal do Paraná desviou ao menos R\$ 7,3 milhões destinados a bolsas para pesquisas da instituição ao longo de quatro anos. Muitos dos beneficiados não tinham nem sequer curso superior e foram cadastrados como bolsistas recebendo até R\$ 30 mil em um único mês. O caso veio à tona com a prisão de 29 pessoas investigadas pela Polícia Federal. O reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, admitiu que os sistemas de controle “eram insuficientes”.

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Esquema “grosseiro”, na UFPR desviou R\$ 7,3 milhões de bolsas de pesquisa

Duas funcionárias são acusadas de burlar o frágil sistema de controle dos financiamentos. Ao todo, 29 pessoas foram presas

*Raphael Marchiori e Katia Brembatti,
com informações de Débora Sögur Hous*

● A fragilidade dos sistemas de controle de pagamento de auxílio a estudantes e pesquisadores permitiu que duas funcionárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR) montassem um esquema que desviou ao menos R\$ 7,3 milhões ao longo de quatro anos, segundo a Polícia Federal (PF). Pessoas sem vínculo com a UFPR — não eram professores nem alunos e muitos não tinham nem sequer curso superior — foram cadastradas como bolsistas recebendo até R\$ 30 mil em um único mês, valor maior que o pago aos mais renomados pesquisadores da instituição.

O desvio começou pequeno, com poucos envolvidos e pagamentos de baixas quantias, e cresceu de forma a chegar a 30 pessoas, incluindo moradores de outros estados, que constavam como beneficiários de bolsas. O caso veio à tona ontem, quando a PF deflagrou a Operação Research (pesquisa, em inglês), prendendo 29 pessoas que teriam relação com o esquema.

Os pagamentos suspeitos começaram em 2013, logo depois que Conceição Abadia de Abreu Mendonça assumiu um cargo de confiança, responsável pelo orçamento da pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFPR. Ela contava com o suporte de Tânia Márcia Catapan, secretária do pró-reitor e que manuseava boa parte dos documentos que circulavam pelo setor. Repentinamente, uma série de pessoas ligadas às duas servidoras passaram a ser incluídas na lista de beneficiários de auxílios para estudantes e pesquisadores. Cabeleireira, artesã, motorista e vendedor estão entre as profissões dos supostos bolsistas.

Os pagamentos escaparam a todas as formas de controle da UFPR. O fato de as pessoas não terem vínculo algum com a instituição não foi percebido. Os valores pagos acima do normal não foram detectados. Nem mesmo a ausência dos beneficiários dos mais altos valores de bolsas em bancos de dados de pesquisadores, como a plataforma Lattes, chamou a atenção. Mas os nomes constavam no Portal da Transparência do governo federal. Para a PF, uma fraude “grosseira”, sem sofisticação.

A investigação ainda busca saber quem ficava com o dinheiro. Na tentativa de ressarcimento, houve pedido de apreensão de bens e bloqueio de contas, além de quebra de sigilo bancário. Há a suspeita que algumas das pessoas que constam na lista de beneficiários nem sequer sabiam que tinham sido envolvidas. A **Gazeta do Povo** conseguiu contato com mais da metade dos 29 investigados. Alguns afirmaram que fizeram pesquisas para UFPR, embora não conseguissem explicar o tipo de trabalho. Mas outros garantiram jamais ter recebido qualquer valor da UFPR e que nunca foram pesquisadores ou estudantes da instituição.

Polícia
apreendeu
documentos
na Reitoria
da UFPR, em
Curitiba: 73
mandados
judiciais
foram
cumpridos
no Paraná,
Rio de
Janeiro e
Mato Grosso
do Sul.

CONTINUA

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O TAMANHO DA FATIA

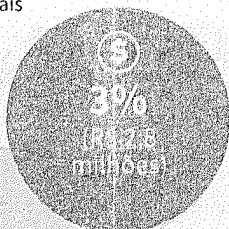
As pessoas investigadas no esquema representam 0,2% entre os bolsistas da UFPR, mas ficaram com 6% do total dos repasses, mesmo sem ter vínculo com a universidade.

Quanto do dinheiro... \rightarrow ... quantas pessoas

ficou com

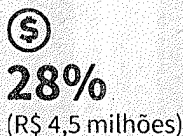
Entre 2013 e 2016
Valores em milhões de reais

Da verba destinada a bolsas para estudantes
(R\$ 107 milhões)



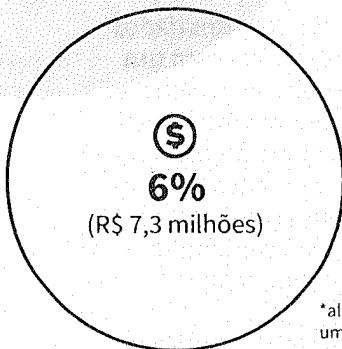
28 pessoas*
(de um total de 17 mil estudantes)

Da verba destinada a bolsas para pesquisadores
(R\$ 16 milhões)



27 pessoas*
(3% de um total de 784 pesquisadores)

TOTAL
Da verba total destinada a bolsas
(R\$ 123 milhões)



29 pessoas*
(0,2% entre os 17.940 estudantes e pesquisadores)

*alguns beneficiários receberam apenas um tipo de bolsa, enquanto outros tinham os dois tipos (pesquisador e estudante).

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTROLADO

Advogado afirma que servidora e 10 bolsistas foram "laranjas"

O advogado de dez supostos bolsistas e da funcionária Tânia Márcia Catapan, Marlon Bizoni Furtado, afirmou que seus clientes foram "laranjas" na história. Segundo ele, essas pessoas assinaram procurações que acabaram sendo usadas para abrir contas e que a maioria nem sequer ficava com o cartão bancário dessas contas.

"Todas elas foram laranjas dessa situação. São pessoas humildes que receberam uma oportunidade para assinar procurações. Essas [procurações] efetivaram a abertura de algumas contas. Mas muitos deles nem sequer têm cartão da agência. Eles acabaram recebendo valores irrisórios para manter essa conta ativa, em alguns casos R\$ 300", disse Furtado.

O advogado conta que esses bolsistas citaram Conceição Abadia de Abreu Mendonça, chefe da Unidade de Orçamento e Finanças da Pró-Reitoria de Pesquisa no período em que o esquema se desenvolveu, como o contato delas na universidade. "Mas eles acreditam que ela também foi usada", disse. Sobre Tânia Catapan, o advogado afirmou que o envolvimento dela é um equívoco. "Alguns documentos se deterioraram durante a ocupação estudantil e foram jogados fora. Ela não tem nada a ver com isso."

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO

LAVAJATO

Por 8 votos a um, STF decide manter Eduardo Cunha na prisão

● O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a prisão do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O peemedebista está preso por ordem do juiz Sergio Moro desde 19 de outubro de 2016 e atualmente responde a três ações penais decorrentes da Lava Jato. Votaram contra o pedido de liberdade de Cunha os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Celso de Mello. O único voto divergente foi o do ministro Marco Aurélio Mello. A defesa de Cunha alegou que o ex-deputado foi preso pelos mesmos motivos analisados pelo STF quando decidiu afastá-lo e não prendê-lo. Antes de proferir seu voto, Fachin lembrou que o ministro Teori Zavascki, antigo relator da Lava Jato, havia negado este pedido, mas disse que "é equivocada a achar que o magistrado, ao não decretar a prisão preventiva, decide que não estão presentes motivos à tal medida".

REINALDO BESSA



O presidente da OAB nacional, Claudio Lamachia (à esq.), prestigiou a cerimônia em comemoração aos 85 anos de fundação da OAB-PR, ontem, na sede da seccional, no Ahú. Ao centro, o anfitrião do evento, José Augusto Araújo de Noronha.

● O lançamento do livro *Facilitador do Novo CPC*, do advogado Luiz Fernando de Queiroz, é nesta quinta, às 19h, na Livraria Saraiva do Shopping Crystal.

16 FEV 2017

GAZETA DO POVO



16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

FELIPE SANTA CRUZ

O inimigo vai ao tribunal

Existe um fenômeno perverso em curso no Brasil que atende pelo nome de “direito penal do inimigo”. O conceito foi proposto pelo jurista alemão Günther Jakobs nos anos 1980. Funciona assim: algumas pessoas são apontadas como inimigas da sociedade. A partir daí, perdem todas as garantias a que teriam direito como cidadãos. O importante é neutralizá-los a qualquer custo. Violações de sigilo telefônico entre clientes e advogados são um exemplo disso. Vazamentos seletivos, idem, assim como conduções coercitivas de pessoas que nunca manifestaram qualquer objeção a falar voluntariamente a investigadores. Não há aqui qualquer defesa da ilegalidade. Pelo contrário: o cenário descortinado pela Lava Jato é realmente assustador e merece, como toda infração penal, a resposta estatal adequada. O problema consiste na utilização da boa-fé criada na opinião pública pela Lava Jato para ignorar as bases do nosso ordenamento legal. Cito dois casos, um do Judiciário e outro do Ministério Público Federal (MPF).

No fim de 2016, o Tribunal Federal da 4ª Região (Sul) decidiu isentar os operadores da Lava Jato de seguirem o “regramento genérico, destinado aos casos comuns” diante do ineditismo das investigações. Se não é necessário seguir o “regramento genérico”, estarão liberados os magistrados para legislar? Mais recentemente, procuradores do MPF pediram, entre outras medidas, que toda a diretoria de uma empresa, a Eldorado Celulose, fosse destituída, por causa de suspeitas sobre dois executivos. É uma ofensa gritante à noção de individualização das sanções, que norteia todo o nosso sistema legal – não se restringe os direitos de grupos genéricos, mas sim de pessoas, por suas ações específicas. A petição ainda busca substituir tal diretoria por representantes de fundos que detêm apenas 17% da empresa, uma espécie de desapropriação com chancela estatal. Na área econômica, a intromissão indevida do Estado na iniciativa privada causa insegurança jurídica entre investidores, minando o crescimento do país, e põe em risco o sustento do pequeno empreendedor. Quando os agentes estatais passam ter salvo-conduto, o inimigo pode estar em qualquer lugar - ou ser qualquer um de nós.

FELIPE SANTA CRUZ é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ)

16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Condenados cumprem pena com trabalho

Em Londrina, 528 apenados prestam serviços à comunidade em órgãos públicos e instituições sem fins lucrativos

Carolina Avansini

Reportagem Local

O trabalho é a moeda que muitos condenados pela Justiça estão utilizando para pagar suas dívidas com a sociedade. Em Londrina, através do Patronato Penitenciário, há 528 assistidos cumprindo prestação de serviço à comunidade em 72 instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos. Têm direito ao benefício pessoas que cometerem crimes não violentos cuja pena máxima não exceda a dois anos e também condenados a penas de privação de liberdade que, depois de um tempo, são substituídas por penas alternativas.

A prestação de serviços à comunidade, além de reduzir a superlotação do sistema penitenciário estadual, também oferece aos apenados a possibilidade de inclusão social. Para as entidades, quase sempre carentes de mão de obra, o reforço nas equipes é sempre bem-vindo.

A vice-diretora do Patronato em Londrina, Edna Wauters, destaca que o encaminhamento dos apenados é feito por equipe técnica e multiprofissional de acordo com o perfil e as aptidões de cada um. Na maioria dos casos, são pessoas que cometeram crimes de trânsito, desacato à autoridade, furto primário e

sonegação de impostos. "Têm pessoas com curso superior e outras que mal sabem ler e escrever, por isso o encaminhamento deve ser feito de acordo com o perfil", diz.

Além da triagem, a instituição é responsável por fiscalizar o cumprimento da pena, que pode variar de um a quatro anos. "A média das condenações é de dois anos", esclarece Edna, destacando que os condenados podem cumprir no máximo sete horas semanais. Quando a pena é superior a um ano, entretanto, a lei permite o cumprimento de até 14 horas semanais. "O objetivo principal é a inclusão social. Temos histórias de gente que continuou trabalhando voluntariamente na instituição e até quem foi contratado como funcionário."

CEMITÉRIOS

Apenas na Administração de Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina (Acesf), há mais de cem pessoas cumprindo pena que fazem limpeza e conservação de cemitérios. Durante as sete horas semanais que ficam disponíveis, eles fazem capina, recolhem entulhos, cortam a grama e realizam pequenas reformas. Para a autarquia, carente de funcionários, esta mão de obra ajuda a manter os cemitérios "em dia". "Apenas os ser-

vidores não dão conta", afirmou o superintendente da Acesf, Douglas Carvalho Pereira. A estrutura envolve 13 cemitérios, 19 capelas e 33 mil túmulos. "A parceria com o Patronato é excelente."

Um dos apenados é um vendedor ambulante de 62 anos que cumpre pena por venda de DVDs piratas. "Fiquei cinco dias 'guardado' e perdi R\$ 2 mil. Só isso já foi uma punição, mas o juiz me condenou a prestar serviço e estou vindo fazer a limpeza nos cemitérios. Não tenho preguiça de trabalhar, fui condenado e vou cumprir minha pena", lamentou ele, que se considera "injustiçado". "Nunca imaginei cair por venda de DVDs. A gente paga imposto em tudo que compra e não pode trabalhar", critica

16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Fraude em bolsas da UFPR põe na prisão de taxista a pedreiro

segundo a PF, suspeitos desviaram cerca de R\$ 7,4 milhões para 27 pessoas "sem qualquer vínculo acadêmico com a universidade"

Estelita Hass Carazzai e Sidney Gonçalves do Carmo
Folhapress

São Paulo e Curitiba - Ao menos 28 pessoas foram presas pela Polícia Federal nesta quarta-feira (15) durante uma operação que investiga fraudes milionárias no repasse de bolsas de estudo a pessoas sem vínculos com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 2013 e 2016. Segundo a investigação, os suspeitos desviaram cerca de R\$ 7,4 milhões em bolsas de pesquisas para 27 pessoas "sem qualquer vínculo acadêmico com a universidade", entre 2013 e 2016. Entre eles havia ajudantes de cozinha, taxistas, aposentados, donos de salões de beleza, um pedreiro, uma vendedora de roupinhas de boneca Barbie e beneficiários do Bolsa Família. A PF investiga se eles agiram como laranjas.

Também foram detidas duas servidoras da UFPR: Conceição Abadia de Abreu Mendonça e Tânia Marcia Catapan, da Pró-Reitoria de Pes-

quisa e Pós-Graduação. Conceição era chefe do controle e execução orçamentária, e Tânia, secretária administrativa do gabinete. Foram citadas como responsáveis pelas ordens de pagamento das bolsas fraudulentas.

O delegado Felipe Hayashi, que coordenou a operação, disse estar "estarcido com essa fraude grosseira". "Quantos pesquisadores sérios deixaram de receber recursos, enquanto esse dinheiro todo estava sendo desviado?", afirmou João Manoel da Silva Dionísio, secretário de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

A fraude, segundo a PF, foi detectada pelo TCU e comunicada à UFPR. A operação foi realizada em parceria também com a Controladoria-Geral da União (CGU). Alguns dos investigados chegavam a receber até R\$ 24 mil por mês em bolsas de pesquisa. "Nem os professores mais titulados da instituição receberam tanto em bolsa. É estarcecedor", disse Hayashi. O

ex-reitor da UFPR Zaki Akel também foi intimado a depor, na tarde desta quarta (15). A PF ainda investiga se havia convivência da reitoria.

ESQUEMA

As bolsas dos 27 investigados foram pagas a título de auxílio à pesquisa, para estudos no País e no exterior, num total de R\$ 7,34 milhões. Boa parte dos beneficiários, porém, não tinha nem ensino superior, e nenhum possuía currículo na plataforma Lattes - obrigatório para concessão de bolsas acadêmicas.

CONTINUA

16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

O processo de autorização de pagamento era “simplório”, segundo a PF, sem qualquer referência ao objeto de estudo ou grupos de pesquisa e professores da UFPR. Instadas a apresentar a justificativa dos pagamentos, Conceição e Tânia informaram, em ofício à UFPR, que os documentos foram “descartados devido a alagamentos” na pró-reitoria. O juiz federal Marcos Josegredi da Silva suspendeu o exercício da função pública das duas servidoras e determinou o bloqueio das contas.

Em nota, a UFPR informou que, assim que tomou conhecimento da suspeita, em dezembro de 2016, determinou a abertura de sindicância. Disse ainda que solicitará a restituição dos valores. O reitor da UFPR, Ricardo Marcelo Fonseca, determinou a criação de um comitê para aperfeiçoar os mecanismos de controle.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados das servidoras, que ainda não haviam constituído defesa nos autos até a noite desta quarta-feira.

16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Por 8 votos a 1, STF nega liberdade a Eduardo Cunha

Somente o ministro Marco Aurélio teve posição divergente dos colegas e votou favoravelmente ao peemedebista, que segue preso em Curitiba

Letícia Casado

Folhapress

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) negou nessa quarta (15) um pedido de liberdade feito pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso em Curitiba pela Operação Lava Jato. O pedido, em forma de "reclamação" ao Supremo, foi analisado por todos os nove ministros da Corte presentes no julgamento. Em seu voto, o relator Edson Fachin afirmou que a maneira como a ação foi apresentada não era adequada para julgar pedido de liberdade.

Sete ministros concordaram com Fachin. Eles também destacaram que há um pedido de habeas corpus de Cunha, cujo mérito ainda deve ser analisado pelo Superior Tribunal Federal (STJ). Depois, o habeas corpus pode ainda ser analisado pelo próprio STF.

Votaram com o relator os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e a presidente Cármen Lúcia.

O ministro Marco Aurélio teve posição divergente dos colegas e votou por conceder liberdade a Cunha.

Tanto Marco Aurélio como Celso de Mello fizeram considerações sobre o tempo de prisão preventiva. Recentemente Gilmar Mendes disse que o Supremo precisa discutir as alongadas prisões de Curitiba.

O ministro Ricardo Lewandowski não participou da sessão. A 11ª vaga ainda não foi ocupada pelo sucessor de Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no dia 19 de janeiro. No fim de 2016, Teori chegou a colocar a ação de Cunha na pauta da Segunda Turma, mas, sem explicar os motivos, retirou e decidiu levar o caso para ser avaliado pelo plenário, que reúne todos os ministros.

DEFESA

O advogado de Cunha, Ticiano Figueiredo, sustentou que Cunha foi preso em 19 de outubro de 2016 sob determinação do juiz Sérgio Moro sem haver fatos novos em relação àqueles que foram negados pelo ministro Teori Zavascki, antigo relator da Lava Jato no STF.

A prisão foi decretada na ação penal em que o deputado cassado é acusado de receber R\$ 5 milhões, que foram depositados em contas não declaradas na Suíça. O valor seria oriundo de vantagens indevidas, obtidas com a compra de um campo de petróleo pela Petrobras em Benin, na África. O processo foi aberto pelo Supremo, mas, após a cassação do mandato do parlamentar, a ação foi enviada para o juiz Sérgio Moro porque Cunha perdeu o foro privilegiado.

No total, Cunha é réu em duas ações penais, abertas no STF a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas que foram remetidas ao Paraná quando ele perdeu o cargo de deputado, em julho de 2016.

Ao determinar a prisão, Moro afirmou que a liberdade de Cunha representava risco à instrução do processo, à ordem pública, e possibilidade concreta de fuga em virtude da disponibilidade de dinheiro disponível no exterior, além da dupla nacionalidade.

CONTINUA

16 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Cunha tem passaporte italiano, além do brasileiro. Na sustentação oral no STF, Ticiano Figueiredo contestou esses pontos. Para o advogado, não há dúvidas de que Cunha será condenado por Moro.

Na semana passada, em audiência no Paraná, Cunha leu uma carta ao juiz Sérgio Moro em que disse ter um aneurisma e reclamou da falta de tratamento na prisão onde está detido.

“A questão do aneurisma do Eduardo foi usada como reality show macabro”, disse o advogado de Cunha.

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Descontrole sistêmico

16 FEV 2017

Desvios da Universidade Federal do Paraná (que levaram ainda ontem o ex-reitor Zake Ackel a prestar depoimento na Polícia Federal e rendeu prisões e conduções coercitivas de 30 pessoas) expressa uma coisa só: as controladorias existem, mas não captam, não detectam, não funcionam e isso em todos os níveis de poder. Da mesma forma, o governo estadual demorou tempo para perceber a trama dos desvios das construções escolares e muito mais ainda para ter ideia dos atos da gangue fiscal abarcada pela Publicano, com um dado mais preocupante: a proximidade do governador com envolvidos como o das viagens em comum no automobilismo e das partidas de tênis, visíveis nas quebras de confiança e, sobretudo, da malandragem por exporem o amigo ou dele se servirem para agir como se isso os blindasse. Se o governador não capta a malícia do amigo, da pessoa com quem ele se relaciona e conhece, imagine-se como a controladoria o faria?

Isso se repete no "mensalão" com o governo Lula: como aceitar que um dos seus hierarcas ministeriais, tão próximo do gabinete presidencial, como Zé Dirceu, na Casa Civil, tocasse tudo na maior tranquilidade? Assim mesmo há controladorias federais, estaduais e municipais que nada percebem. Cegueira demais para ser aceita ou os desvios vistos como um pecado venial decorrente de amarras burocráticas, classificáveis no máximo como desídia.

Normalmente, os atos de improbidade, como se deu em Londrina com o AMA-Comurb, são tão visíveis que a luminosidade chega a cegar, como de resto se tornou flagrante naquela história do Anexo do Tribunal de Contas com o funcionário controlador flagrado ao receber a propina gorda do empresário beneficiado na licitação. Se na Corte de Contas há uma dessas, o que se pode esperar de outros setores?

Por sinal que uma câmara criminal do Tribunal de Justiça entendeu como irregular a gravação telefônica que deu origem ao flagrante do Gaeco, tornando-a nula de pleno direito. Se isso ocorre no tribunal em grau de recurso esperar o quê?

OPINIÃO DO LEITOR **Chega de sermos subservientes!**

A sociedade brasileira não tolera mais as manobras espúrias e os contorcionismos inescrupulosos dos nossos governantes para se safarem das condenações pelas suas trapaças e velhacarias. Nesse contexto, já se tornou um ultraje à moralidade e à ética pública, a regra atual que determina ser escolha pessoal do presidente da República o nome a ser indicado para suprir vaga no STF. Essa prática levou para dentro da Corte Suprema a parcialidade de alguns ministros, que não titubeiam em defender abertamente interesses políticos partidários e autoridades que os indicaram e aprovaram para a função. É imperioso acabar com esse desvio de finalidade na seleção dos magistrados. A propósito, está tramitando no Senado a PEC 35/2015 que estabelece critérios mais decentes para a indicação. Por exemplo, para preencher a vaga seria selecionado um nome dentro de uma lista tríplice elaborada por um colegiado composto pelos presidentes das seguintes instituições: STF, STJ, TST, STM, TCU, PGR e OAB. Assim, ficam resguardados os princípios de impessoalidade na escolha e de independência do escolhido. Como tais medidas ferem de morte interesses desonestos da maioria dos parlamentares, cabe-nos pressioná-los de todas as formas possíveis para aprovarem a emenda constitucional.

LUDINEI PICELLI (administrador de empresas) – Lond.

16 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Desvios de bolsas na UFPR passaram de R\$ 7,5 milhões

Dinheiro foi repassado para pessoas sem vínculo com a universidade

A Polícia Federal afirmou que o prejuízo nos desvios em pagamentos a título de Auxílio a Pesquisadores, Bolsas de Estudo no País e Bolsas de Estudos no Exterior da Universidade Federal do Paraná (UFPR) ultrapassa R\$ 7,5 milhões. As investigações apontaram que as contas destinatárias, onde os valores das bolsas eram depositados, iam de cabeleireiros a taxistas, sem qualquer

vínculo com a instituição. Essas pessoas prestaram depoimento na tarde de ontem à PF. No total, 29 mandados de prisões temporárias foram expedidos.

O delegado responsável pelas investigações, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, afirmou que o esquema das irregularidades iniciava por meio de uma servidora, que cumpria o cargo de chefia na seção de Orçamento e

Controle da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. "Ela fazia processos simples e banais de pagamento e colhia assinaturas de pró-reitores, encaminhava a uma segunda instância, onde tinham novas assinaturas da Planejamento, Orçamento e Finanças, e depois eram enviadas à divisão de contabilidade e efetivados os pagamentos dos 27 beneficiários", contou. ●

EDITORIAL

Até tu, UFPR?

O mundo acadêmico de Curitiba foi açoitado ontem pela revelação de que um esquema de desvio de verbas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) drenou mais de R\$ 7 milhões para os bolsos de gente que, em muitos casos, nem tinha vínculo com a universidade. Ter que reconhecer que os meandros da corrupção já migraram

até mesmo para dentro da primeira e mais antiga universidade do país é triste, mas imperioso.

O dinheiro, segundo a Polícia Federal, que conduziu extensa operação contra a tanga no dia de ontem, foi desviado principalmente por duas servidoras – Conceição Abadia de Abreu Mendonça e Tânia Márcia Catapan – que controlavam o setor

de finanças da UFPR. Ao todo, a PF cumpriu 73 mandados judiciais, sendo 29 de prisão temporária, 8 de condução coercitiva e 36 de busca e apreensão.

Mas o mais triste nisso tudo é saber que esta montanha de dinheiro devia estar financiando pesquisas sérias, com amplo embasamento científico e acadêmico. Devia estar indo para os

bolsos de professores, pesquisadores e cientistas preocupados em fornecer novos dados à ciência e à academia. Enquanto isso, meia dúzia de apaniguados se locupletam com o dinheiro público e riem da nossa cara. Pelo menos a operação de ontem da PF tira uma parte desse sorrisinho besta nos rostos dos aproveitadores. ●

16 FEV 2017

BEMPARANÁ

STF decide manter Cunha na prisão

Por oito votos a um, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde de ontem manter a prisão do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), responsável por aceitar o processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). O peemedebista está preso por ordem do juiz Sérgio Moro desde 19 de outubro de 2016, e atualmente responde a três ações penais decorrentes da Operação Lava Jato.

Votaram contra o pedido de liberdade de Cunha os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Celso de Mello. O único voto divergente foi o do ministro Marco Aurélio Mello. O ministro Ricardo Lewandowski não estava presente na sessão desta tarde.

A defesa de Eduardo Cunha alega que o ex-deputado foi preso por determinação de Sérgio Moro pelos mesmos motivos analisados pelo STF quando decidiu afastá-lo e não prendê-lo. Havia pedido de prisão feito pela Procuradoria-Geral da República. Fachin lembrou que o ministro Teori Zavascki, antigo relator da Lava Jato, havia negado este pedido.

JORNAL DO ÔNIBUS

STF nega pedido de liberdade de Eduardo Cunha

Em julgamento na tarde desta quarta-feira, 15, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou por manter a prisão do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Operação Lava Jato. Foram oito votos a favor da prisão de Cunha e apenas um contrário. Cunha está preso desde outubro do ano passado em um presídio na região metropolitana de Curitiba por determinação do juiz federal Sérgio Moro. As informações são da Agência Brasil.

A maioria dos ministros acompanhou voto proferido pelo relator, ministro Edson Fachin. O ministro entendeu que não houve ilegalidade na decisão de Sérgio Moro. O antigo relator, Teori Zavascki, também havia negado o primeiro recurso apresentado ao Supremo. Zavascki morreu em um acidente de avião no mês passado. ■

16 FEV 2017

BEM PARANÁ

Fraude em bolsas desviou R\$ 7,3 milhões

Reitor fala, hoje, sobre o maior escândalo vivido pela universidade

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Marcelo Fonseca, vai falar, hoje pela manhã, sobre as investigações relacionadas a desvios de recursos de bolsas na instituição. A entrevista será realizada às 11 horas, na Sala dos Conselhos da UFPR, na Reitoria. Ontem, a Polícia Federal prendeu 27 pessoas suspeitas de irregularidades em pagamentos a título de Auxílio a Pesquisadores, Bolsas de Estudo no País e Bolsas de Estudos no Exterior da UFPR. No total, 29 mandados de prisões temporárias foram expedidos pela Justiça Federal do Paraná. O rombo pode chegar a mais de R\$ 7,3 milhões.

Segundo a PF, os alvos participaram do esquema de liberação de bolsas para pessoas sem regular vínculo de professor, servidor ou aluno da UFPR. O esquema é investigado pela operação Research. O alvo da investigação, de acordo com a PF, são repasses, entre 2013 e 2016, irregulares de recursos mediante pagamentos sistemáticos, fraudulentos e milionários de bolsas a inúmeras pessoas sem vínculos com a instituição.

Dois funcionários públicos federais estariam envolvidos nas fraudes e tiveram suas prisões cautelares decretadas. Os investigados alvos de condução coercitiva foram leva-

dos às sedes da Polícia Federal nas respectivas cidades onde foram localizados a fim de prestarem os esclarecimentos necessários. Os presos encontrados no Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro foram levados à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

Segundo as investigações, uma das servidoras presas liberava o pagamento de recursos destinado ao pagamento de bolsas de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre 2013 e 2016. Ela seria a chefe do do esquema. Segundo as investigações, ela seria responsável pela assinatura das autoriza-

ções de empenho/pagamento em 234 processos que totalizam R\$ 7.343.333,10.

Entre os beneficiários, há pessoas sem vínculo com a UFPR, e teriam profissões como taxista, artesão, auxiliar administrativo, dono de salão de beleza e motorista de furgão, entre outros. Apenas um deles teria curso superior.

A UFPR divulgou nota em que alega que "as suspeitas de irregularidades no pagamento de bolsas e auxílios são objeto de investigações internas na UFPR desde dezembro de 2016, quando a própria universidade também tomou a iniciativa de encaminhar o caso à Polícia Federal, para investigação criminal".

16 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

ESQUEMÃO!

Operação prende
29 por fraude
em bolsas de
pesquisa da UFPR

Angieli Maros e Raphael Marchiori

A Polícia Federal (PF) cumpriu 73 mandados judiciais na manhã de ontem, na Operação Research, que investiga o desvio de R\$ 7,3 milhões em bolsas de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram detidas 29 pessoas que, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), receberam dinheiro de bolsa sem ter vínculo com a universidade entre 2013 e 2016. Entre os presos estão duas funcionárias públicas federais, que, de acordo com a universidade, foram suspensas de suas atividades. A UFPR afirmou que realiza uma investigação interna para esclarecer as suspeitas.

Foram cumpridos 29 man-

dados de prisão temporária, oito conduções coercitivas e 36 mandados de busca e apreensão no Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Além de 180 policiais federais, participaram da operação seis servidores da CGU e quatro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Cabeleireiro, motorista, artesão, cozinheiro e assistente administrativo estão entre os presos. Segundo a Polícia Federal (PF), os suspeitos chegaram a receber entre 2013 e 2016 uma média de R\$ 5 mil por mês - valores que nem mesmo um professor com doutorado consegue obter com pesquisas na instituição. Segundo o TCU, um motorista de furgão recebeu entre 2013 e 2016 R\$ 15,3 mil; um cozinheiro acumulou R\$ 318 mil; enquanto um assistente de administração de empresa aposentado por invalidez levou R\$ 739 mil. Um cabeleireiro, segundo apurou a reportagem, faturou R\$ 627 mil.

A investigação conjunta aponta que foram desviados recursos

de auxílio a pesquisadores, bem como de bolsas de estudo no país e no exterior. Conforme a CGU, os investigados não atendiam aos requisitos básicos para receber as bolsas e sequer atuaram em projetos de pesquisa.

"ESTARRECIDO"

O delegado da PF Felipe Hayashi afirmou estar estarrecido com o esquema. "Foi uma grosseira fraude revelada pelas nossas investigações. É surpreendente". "Pró-reitores assinaram processos de pagamentos fraudulentos. Precisamos apurar se a pessoa agiu dolosamente ou assinou isso de outra forma", revelou. A PF já pediu a quebra do sigilo bancário de todos os envolvidos. João Manoel Dionísio, da secretaria de Controle Externo do TCU, afirmou que nunca havia se deparado com um esquema como esse de pagamento de bolsas irregulares para pessoas de fora da universidade. "Quantos pesquisadores deixaram de receber recursos enquanto esses R\$ 7,5 milhões eram desviados?"

CONTINUA

16 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Vice-reitora é investigada

A vice-reitora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Graciela Inês Bolzon de Muniz, é uma das investigadas pela Operação Research e foi alvo de um dos mandados de condução coercitiva - quando a pessoa é obrigada a depor para a polícia. Vice do reitor Ricardo Marcelo Fonseca, chegou a assinar documentos, em substituição ao pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPR no período investigado pela PF, entre 2013 e 2016.

Além de Graciela, tiveram mandado de condução expedidos outros cinco servidores

da UFPR. Todos eles, segundo a PF, teriam participado de processos burocráticos que permitiram a liberação dos pagamentos das bolsas suspeitas.

O ex-reitor Zaki Akel Sobrinho foi citado no processo, já que as irregularidades aconteceram durante a sua gestão. Ele prestou depoimento à PF na tarde de ontem. O atual reitor já havia declarado que as irregularidades foram denunciadas pela gestão de Akel Sobrinho, ainda em dezembro, quando a UFPR abriu sindicância interna para averiguar as supostas irregularidades.

“LARANJAS”

O advogado de dez supostos bolsistas e da funcionária Tânia Márcia Catapan, Marlon Bizoni Furtado, afirmou que seus clientes foram “laranjas” na história. Segundo ele, essas pessoas assinaram procurações que acabaram sendo usadas para abrir contas e que a maioria sequer ficava com o cartão bancário dessas contas. “Eles acabaram recebendo valores irrisórios para manter essa conta ativa, em alguns casos R\$ 300”.

UFPR quer ressarcimento

A UFPR afirmou que as suspeitas das irregularidades nos repasses das verbas de bolsas para pesquisa são alvos de investigações internas desde dezembro de 2016, quando a instituição encaminhou as denúncias à Polícia Federal. A universidade afirmou que, após o fim das investigações, vai pedir a devolução dos valores desviados.

O procedimento de investigação interna é conduzido por uma comissão formada por dois professores e uma servidora técnico-administrativa e, por força de lei, corre em sigilo. O prazo para conclusão do trabalho é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60, e a

previsão é que o processo interno termine até abril. A universidade informou que tomou todas as providências cabíveis para esclarecer os fatos e responsabilizar os eventuais envolvidos.

Diante das suspeitas, o reitor Ricardo Marcelo Fonseca determinou a criação do Comitê de Governança de Bolsas e Auxílios para aperfeiçoar os mecanismos de controle sobre esse tipo de pagamento. Também foi estabelecida uma comissão para trabalhar no Plano de Transparência e de Dados Abertos da UFPR, para garantir que a sociedade tenha acesso a todas as informações públicas.

16 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

SEGUE PRESO!

Por oito votos a um, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde de ontem manter a prisão do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) (foto), responsável por aceitar o processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). O peemedebista está preso por ordem do juiz Sérgio Moro desde 19 de outubro de 2016, e atualmente responde a três ações penais decorrentes da Operação Lava Jato. A defesa de Eduardo Cunha alega que o ex-deputado foi preso por determinação de Sérgio Moro pelos mesmos motivos analisados pelo STF quando decidiu afastá-lo e não prendê-lo.



SOBE PRA CORTE

Um dia tomar uma decisão que manteve Moreira Franco (PMDB) no cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que levará a discussão para o plenário da Corte, se houver recurso dos autores dos mandados de segurança contra a nomeação do peemedebista - os partidos PSOL e Rede Sustentabilidade. O PSOL já afirmou que irá recorrer da decisão. Ontem, Celso de Mello, relator do caso, indeferiu os pedidos dos partidos, que argumentavam que a nomeação - feita quatro dias após a homologação das delações da Odebrecht - teria o propósito de impedir a investigação contra o ministro na primeira instância.

BLINDAGEM?

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), vai apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para elucidar o dispositivo que diz que o presidente da República não pode responder por fatos anteriores ao mandato. O objetivo da PEC é estender essa prerrogativa a todos os ocupantes da linha sucessória. O texto beneficiaria diretamente Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Eunício Oliveira (PMDB-CE), que não poderiam ser investigados por suposto esquema de propina na Lava Jato. Segundo relatos, Jucá tem procurado parlamentares para colher assinaturas. Caso aprovada, a PEC pode ser usada como vedação constitucional pela defesa de Michel Temer no julgamento da cassação da chapa Dilma-Temer no TSE.